

PASSANDO EM REVISTA IDEIAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ENTREVISTA COM JOÃO WANDERLEY GERALDI

A revista **Diálogo das Letras** tem a imensa satisfação de trazer, neste volume 06, número 01 (2017), uma entrevista com João Wanderley Geraldi, professor e pesquisador aposentado da UNICAMP e nacionalmente conhecido por ter organizado, em 1984, uma coletânea intitulada *O texto na sala de aula – leitura e produção*, na qual foram lançadas as bases para um ensino renovado de língua portuguesa.

João Wanderley Geraldi é natural de São Luís Gonzaga (RS). Graduiu-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (RS), em 1980. Antes disso, em 1970, obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (RS). cursou mestrado e doutorado em Linguística na UNICAMP, onde obteve o título de livre-docente em Análise do Discurso, passando depois, em 2002, a professor titular. Sua aposentadoria se deu em 2003. Depois de aposentado, tornou-se professor colaborador visitante da Universidade do Porto (Portugal) e de algumas universidades brasileiras. Geraldi fez parte do conselho editorial de várias revistas, entre elas, *Cadernos de Estudos Linguísticos* (Unicamp), *Palavras* (APP/Portugal), *Leitura: Teoria & Prática* (ALB), *Filologia e Linguística Portuguesa* (USP), *Educação & Realidade* (UFRGS), *Educação & Contemporaneidade* (UNEB), *Letras* (PUCCAMP) e *Fórum Linguístico* (UFSC). Ele também exerceu alguns cargos administrativos, com destaque para a direção do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e a Pró-reitoria de Extensão, ambos da UNICAMP. Como docente do ensino superior, orientou inúmeros trabalhos de mestrado e doutorado, participou de bancas examinadoras, assessorou redes de ensino, ministrou cursos diversos por todo o país e no exterior. Sua vasta produção bibliográfica inclui três importantes livros – *Portos de passagem*, *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação* e *A aula como acontecimento* – além de artigos, capítulos de livros, ensaios e vários outros tipos de escritos. Pela inestimável contribuição que deu à educação em geral e ao ensino de língua portuguesa, Geraldi recebeu homenagens diversas, sendo uma em julho de 2014, no XIX COLE – Congresso de Leitura do Brasil –, quando a obra *O texto na sala de aula* completou 30 anos de publicada. Por essa sua trajetória profissional e acadêmica, Geraldi é uma figura altamente credenciada para falar sobre questões relacionadas ao ensino de língua portuguesa.

De forma coerente com suas ancoragens teóricas e posicionamentos políticos sobre o ensino assumidos ao longo de sua carreira de professor e pesquisador, ele fala na entrevista em especial de aspectos como: as concepções norteadoras (de sociedade, de educação, de linguagem) que alicerçaram a proposta do já mencionado livro *O texto na sala de aula* e que tomaram uma dimensão mais ampla em contexto nacional; os avanços que considera já alcançados na história do ensino da língua e os desafios ainda a serem enfrentados; a problemática inescapável da escola de *pensar* sobre e buscar *saber* “como as novas tecnologias podem ser incorporadas pela sala de aula”; além de reflexões problematizadoras sobre o ensino de gêneros textuais/discursivos na escola, sobre como “configurarmos uma prática efetivamente discursiva na sala de aula” no trabalho com textos e, entre outros, sobre o que é ser, no contexto dos cursos de Letras, um professor de língua.

A seguir, reproduzimos integralmente a entrevista que João Wanderley Geraldi concedeu às professoras Lívia Suassuna¹ (UFPE) e Rosângela Alves dos Santos Bernardino² (UERN), organizadoras do dossiê do presente número da **Diálogo das Letras**.

1 Entrevistadoras: Passadas mais de 3 décadas de publicação do livro clássico *O texto na sala de aula*, gostaríamos de saber como o senhor dimensiona a contribuição desse livro para o ensino de língua portuguesa no Brasil, considerando que ele foi precursor de propostas que, mais tarde, viriam a ser incorporadas em documentos oficiais do ensino.

JWG: Goethe escreveu que as ideias estão no ar; e, como os frutos, amadurecem ao mesmo tempo. Aconteceu de eu estar no pomar! E o próprio livro comprova isso: é uma coletânea de textos. Não é um livro meu, é de vários autores. Coube-me formular uma proposta de ensino articulando três eixos fundamentais: uma concepção de sociedade, uma concepção de educação e uma concepção de linguagem. Como a base dessa proposta é de um texto de 1981, quando ainda vivíamos na ditadura, as duas primeiras concepções ficam implícitas, mas um bom leitor as compreende porque elas se articulam com a concepção de linguagem que a embasa. A contribuição de *O texto na sala de aula*, assim, se deve ao momento acadêmico da pesquisa em Linguística (eram os inícios dos estudos enunciativos) e ao momento de exaustão do modelo político ditatorial. Caiu, pois, em terreno fértil. E se propagou na voz de professores. Creio que a contribuição pessoal tenha sido a coragem de assumir uma perspectiva enunciativa no ensino da língua, não sem severas críticas no meio acadêmico da Linguística. O livro teve repercussão na Educação e por isso sobreviveu. E essa sobrevivência é que me espanta, mais de 30 anos depois! Talvez uma das razões disso seja um diálogo presente na proposta de ensino sobre o qual não houve grande percepção: havia um saber fazer do professor – o ensino da gramática. E, ao contrário de “expulsar” esse saber fazer do professor, fiz uma tentativa de incorporá-lo, reorientando-o no que chamei de “análise linguística”, mesmo correndo o risco de muitos leitores compreenderem essa prática como “higienização” do texto. Apesar dessa compreensão, creio que esse respeito pelo saber fazer foi muito importante para a contribuição e a permanência do livro, porque ao mesmo tempo inovava o ensino pelas práticas de produção de textos e leitura de textos. Capengando, a análise linguística ia assumindo outra orientação à medida que deveria servir à reescrita do texto, tarefa em que é mais relevante a estilística do que a gramática. Quanto à incorporação dessa proposta em documentos oficiais: uma lástima. Quando a imposição se sobrepõe à conquista de corações e mentes, as ideias libertárias se tornam autoritárias! As concepções que embasam a proposta de *O texto na sala de aula* são incompatíveis com a perspectiva dos parâmetros, que servem a avaliações e não à melhoria da relação de ensino e aprendizagem.

¹ Professora associada da Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Educação – Campus Recife, PE, Brasil – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino e Programa de Pós-graduação em Educação – Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Recife, Brasil, e-mail: livia.suassuna@ufpe.br

² Professora do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET). Pau dos Ferros, Brasil, e-mail: rosealves_23@yahoo.com.br

2 Entrevistadoras: Sabemos que muitas das reflexões teóricas feitas em seus estudos problematizaram pelos menos três importantes aspectos do trabalho com o texto em sala de aula: o chamado “ensino de redações”, que quase sempre privilegiou o “texto dissertativo-argumentativo” e dispensou a situação interlocutiva; a atividade de compreensão textual como busca pelo sentido verdadeiro e correto, legítimo; a avaliação do texto focada essencialmente em questões gramaticais, ortográficas, de estruturação e de organização interna, com um fim na “higienização da escrita”. Dado o grande esforço – seu, o de muitos pesquisadores e aquele revelado nos documentos oficiais de ensino – para apontar outros direcionamentos ao tratamento do texto em sala de aula, como o senhor avalia os avanços conquistados até hoje? Por extensão, o senhor considera que os manuais didáticos, os professores (a escola, em seu conjunto) já conseguiram se afastar muito daquilo que tanto se rotulou como um ensino centrado na estrutura da língua?

JWG: O simples fato de fazer emergir a questão dos gêneros, saindo da camisa de força da tripartição entre narração, descrição e dissertação (todas englobadas nas expressões “composição” e “redação”) é já um avanço na história do ensino da língua. Falta-nos, ainda, avançar tornando a estilística (não o estudo das figuras, mas o estudo da mobilização de recursos expressivos na elaboração de textos) mais relevante do que os conhecimentos gramaticais. A questão toda, para mim, é o chão da escola! Nas milhares de salas de aula, nas milhares de aulas de português, o que se propõe e o que se discute mesmo nos discursos oficiais (que são políticos e não acadêmicos e devem ser compreendidos como tais), as perspectivas inovadoras estão chegando a esse chão da escola? Penso que há algo novo, e esse algo novo é a incerteza! Quando se ensinava gramática, havia uma crença de que da gramaticalização sairia um desempenho linguístico adequado na leitura e na escrita. Ninguém mais tem essa certeza, ninguém toma isso como verdade! Quando comecei a dar aulas, nos anos 1960, isso era indiscutível! Foi um longo tempo e uma longa história para se chegar à destruição dessa falsa verdade. E estar na incerteza é um avanço porque abre horizontes. As certezas fecham possibilidades, apequenam a vida em todos os sentidos. Também no ensino. Também na ciência. Também na política. Quanto à incorporação dessas perspectivas nos manuais didáticos: ela sempre será um arremedo! Para uma perspectiva que deve ter como centro o processo de interlocução que se dá concretamente na sala de aula; que está atenta aos acontecimentos – que na nossa área advêm do manuseio dos recursos expressivos na fala, na leitura e na escrita –, um livro didático se torna uma camisa de força, um fechamento, uma negação da interlocução, que passa a ser orientada, impedindo a emergência da diferença, do aleatório, do significativo, do provisório. Tudo se fixa!!! Como estabelecer de antemão o trabalho de reescrita de um texto produzido ontem??? Ora, cada texto traz sua concretude. Exercícios de reescrita de textos dados deslocam o processo concreto da sala de aula para um arremedo de relação interlocutiva.

3 Entrevistadoras: Vemos, no domínio dos estudos da linguagem em contexto brasileiro, um crescente número de pesquisas interessadas na investigação sobre a relação entre linguagem e novas tecnologias e mídias sociais digitais, muitas das quais tratando do uso delas na sala de aula. Como o senhor vê o uso das novas tecnologias e mídias na sala de aula e como concebe a ação do professor no trabalho com práticas de leitura e escrita na

escola frente às demandas que se apresentam para o professor com o impacto dessas novas tecnologias?

JWG: A ninguém é dado ignorar as novas tecnologias. Porque minha avó não teve telefone celular não posso dispensar o meu! E a escola deve aprender a conviver com a existência das novas tecnologias, queira ou não. Gostaria de chamar atenção para o fato de que o emprego do giz e do quadro na sala de aula levou professores à prisão!!! E o giz é uma tecnologia, ainda que nos esqueçamos disso. A minha questão é outra: como essas tecnologias podem ser incorporadas pela sala de aula? Consideremos que hoje a “memória” do indivíduo está fora dele – está ao alcance da mão, de um Google qualquer. Isso aparece tanto no “como se escreve esta palavra?” até no armazenamento de informações. Ora, esse é um recurso excelente para a relação de ensino. Sou frontalmente contra, no entanto, a que se “ensine” em sala de aula “os gêneros” que circulam através dessas tecnologias... Já vi pessoas se esforçando para ensinar msn em aula!!!! Isso é ridículo. E pretensioso. Como se as pessoas somente aprendessem se ensinado na escola! Ora, no momento em que os “gêneros” se tornam objetos de “ensino”, perdem a função que têm na própria tecnologia. Discutir esses gêneros pode ser uma questão de pesquisa, mas jamais de ensino... A meninada sabe usar muito bem, por que ensinar??? Não é chover no molhado??? Uma coisa é aproveitar-se das novas tecnologias para os fins a que se propõe a educação; outra coisa é tomar as formas de circulação de textos – para a nossa área – como objeto de ensino! Os modos de funcionamento das novas tecnologias estão muito bem onde estão!!! Não precisam da escola, nem surgiram por causa da escola!!! O que as novas tecnologias estão trazendo como questão para a escola não é sua inclusão, sua incorporação. Trata-se de definir o novo objetivo da escola numa sociedade que dispõe da internet, das redes sociais, das novas tecnologias. A escola já foi o lugar do ensino do catecismo (no Ocidente cristão), já foi o lugar do ensino de rudimentos científicos, quando se tornou necessário um novo ponto de amálgama da sociedade, com sua laicização na Modernidade (porque, na Idade Média, sobretudo, quem tinha essa função de amalgamar a estrutura social era a fé em uma igreja). Agora que esses conhecimentos – e em muito maior escala que poderíamos imaginar ser possível ensinar na escola – estão disponíveis na internet, qual a função social da escola? Talvez a relação triangular a que estamos habituados tenha que ser posta em questão. Nossa relação é com o conhecimento sobre que se debruçam o professor e o aluno, aquele ensinando, este aprendendo. Ora, o conhecimento está na internet disponível para todos... Então a transmissão de conhecimentos deixou de ser a função da escola! É sobre isso que precisamos pensar!!! Talvez a escola tenha se tornado agora o último espaço social de encontro de indivíduos que suspendem o correr do cotidiano para nele pensarem! Não se trata mais de ir à escola para aprender X – isso podemos aprender fora da escola. Trata-se de ir à escola para **pensar sobre X** (incluídos nesse X os conhecimentos, os modos de seu manuseio, a vida que levamos, que sociedade estamos construindo etc.). A escola não pode se tornar um arremedo da internet, das redes sociais, dos arquivos que hoje dispensam nosso desgaste de memorizar! As novas tecnologias trouxeram isso ao mundo: a liberação da memória para que desenvolvamos outras capacidades que o excesso de conhecimentos que devíamos armazenar foi atrofiando, entre eles a capacidade de raciocínio, de crítica, de elaboração hipotética de saídas... Essa é para mim a nova função da escola num mundo em que as novas tecnologias estão nos dispensando

do exercício de memorizar para que possamos pensar, recuperar essa capacidade humana que está em franca decadência!

4 Entrevistadoras: Imaginando que o senhor esteja acompanhando a produção científica sobre gêneros textuais/discursivos desenvolvida em solo brasileiro nos últimos anos, gostaríamos de saber como o senhor avalia a contribuição dessa produção para o ensino de línguas no Brasil.

JWG: Estou aposentado! Não acompanho as novas produções, os novos estudos sobre gêneros. Apenas fico espantado com suas consequências no ensino! Tomando Bakhtin como referência, a primeira coisa que as propostas de ensino de gêneros esquecem é um princípio essencial do autor: gênero tem a ver com gênese! E onde se geram os gêneros? Nas esferas sociais da comunicação! É participando delas que aprendemos os gêneros. Ora, a escola é uma esfera de comunicação social. Que gêneros produziu e produz? Estes são deixados de lado: alguém ensina a fazer anotações? Alguém ensina a fazer esquemas? Quadros sinóticos? Resumos? E, no entanto, na escola, os aprendemos na prática. Mas essa mesma escola nega a prática ao pretensiosamente se colocar na posição de que deve ensinar todos os gêneros, mas todos mesmo, qualquer que seja a esfera da comunicação social... E ainda por cima quer que os estudantes produzam ficticiamente textos e discursos como se estivessem na esfera em que tal ou tal gênero circula!!! Já vi livros didáticos gastando cinco páginas para explicar o gênero “receita” para concluir no final que toda receita contém duas partes: os ingredientes e o modo de fazer (na receita médica, o ingrediente é o remédio e o modo de fazer é a indicação do modo de uso). Santa paciência! É preciso ensinar isso na escola??? Mas que perda de tempo!!! Já vi outro livro ensinando “fatura” para crianças de quarto ano: o exemplo é a fatura de energia elétrica!!! Alguém no país chama a “conta de luz” de fatura??? E alguém no país lê os componentes da conta de luz além do valor, da data de vencimento e do consumo do mês? Querer ensinar a ler tudo o que contém uma conta de luz é como querer ensinar a ler de fio a pavio um catálogo telefônico!!!! Aliás, eles já nem existem mais fisicamente, estão na internet para quando precisamos do número de alguém. Não estou aqui defendendo que o estudante não circule por diferentes textos, por diferentes gêneros. A escola e a aula são como uma “esponja”: enchem-se do que lhes é externo. É porosa. Mas há gêneros que importam, e há gêneros que somente interessam quando estivermos na vida prática e na esfera de comunicação social – e por muitas delas não circularemos durante a vida! Assim, há que ter bom senso, não ter a pretensão de ensinar tudo, apostar que as pessoas são capazes de aprender! Em vez de gastar tempo ensinando o gênero “nota fiscal”, que já nem existe porque o que recebemos são cupões em qualquer loja, por que não ler poesia? Por que não ler literatura? E mais, assim como todos nós somos leitores de romances e nem todos somos autores de romances, não se exija que o estudante, lendo um texto num gênero Y, escreva outro texto no mesmo gênero!!! Infelizmente, o ensino de gêneros caiu nesse ridículo!!! Basta dar uma olhada no que propõe a BNCC! Um espanto!!!

5 Entrevistadoras: Considerando o tema específico deste número da revista Diálogo das Letras – Avaliação, revisão e reescrita textual –, estudos mais recentes mostram que a discursividade ainda não parece ser uma baliza importante no ensino-aprendizagem-

avaliação da escrita. A que o senhor atribui esse fato? E o que poderia ser feito para que o escrever na escola se configurasse, de fato, como uma prática discursiva?

JWG: A discursividade somente se tornará uma baliza quando professores e alunos se compreenderem como parceiros que se debruçam sobre temas que lhes interessam! Não sobre o que lhes impõem como “programa” para dar conta da preparação para as “avaliações de larga escala” que estão comandando o ensino brasileiro!!! Lembremos: os parâmetros curriculares foram elaborados para que houvesse uma base para as avaliações nacionais! Não esqueçamos que a “novidade” educacional trazida pelo neoliberalismo foi a avaliação de larga escala para comprovar que este “mercado” entre às mãos do público não vai bem e, por isso, deve ser “privatizado”. E as formas dessa privatização estão em andamento, nas escolas charters, nas gestões externas da escola etc. Assim, quem retirou da escola a “discursividade” para a substituir pela aprendizagem de responder a testes foram as avaliações de larga escala. Ora, o tema da “avaliação, revisão e reescrita textual” está muito longe de se preocupar com os exames nacionais e regionais (ou até municipais). Trata-se de um debruçar-se sobre os recursos expressivos mobilizados pelo autor do texto e, pensando neles, encontrar outros recursos disponíveis para dizer de forma a atender os objetivos do autor: de forma mais contundente; de forma mais metafórica; de forma mais suave; de forma mais literária; de forma mais lógica; de forma argumentativamente mais forte etc. Isso pode até implicar a mudança de gênero! E, conseqüentemente, de estilo. Por isso minha insistência na questão do estilo de dizer, nas formas de dizer. Chamo atenção para isso em *Portos de Passagem*. Numa tradução bem recente de um texto de Bakhtin, descubro que ele próprio insistia no trabalho com o estilo junto a seus alunos (Cf. *Questões de estilística no ensino da língua*). Para configurarmos uma prática efetivamente discursiva na sala de aula, é necessário que professores e alunos elaborem um projeto conjunto de trabalho; descubram um tema comum sobre o qual querem se debruçar durante um tempo; definam as formas de fazerem circular seus discursos (hoje, com a internet e suas possibilidades, deixar suas vozes registradas e acessíveis está muito mais fácil do que no passado). Há experiências dessa discursividade orientadora do ensino até mesmo no processo de alfabetização. Já participei de mesa-redonda com alunos de primeiro ano que lançavam no evento o seu livro, publicado por editora! (Cf. Cristina Campos e Paulo C. Campos. *Que brincadeira é essa?*) E explicavam a atentos e espantados professores – incluindo universitários – como eles tinham escrito o livro que lançavam naquele momento. Eram pequenos autores de 7 e 8 anos! Se a escola não os destruir, esses alunos sairão do primeiro ano não só alfabetizados mas empoderados, sabendo o que fazer com o alfabeto! E a professora faz isso todos os anos, trazendo a cada ano um novo livro (em 2016, *A nossa turma do 1º. ano pesquisando a história da escrita*). Trazer a discursividade para o centro da relação de ensino implica ser capaz de ouvir o outro, o aluno. Ser capaz de apostar no outro. Ser capaz de se colocar à disposição do outro para que ele faça seu percurso discursivo. Trata-se de não impor um discurso, mas ser uma âncora para que discursos possam ser proferidos!

6 Entrevistadoras: Passaram-se quinze anos desde o lançamento, no começo dos anos 2000, das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Letras e para a formação do professor, o que gerou um amplo movimento de reforma das licenciaturas em todo o

país. Neste ano de 2017, o mesmo deve acontecer, a partir das novas diretrizes que foram lançadas em 2015. Nesse contexto, o que o senhor teria a dizer hoje sobre a formação do professor de português? Quais são, na sua opinião, os grandes desafios postos a essa formação?

JWG: Os cursos de licenciatura surgiram com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em 1939! Só então começa uma formação universitária de professores. E era nelas que se formavam os professores de Química, de Física, de Biologia. Ouvi uma excelente exposição no último evento acadêmico de que participei: a expositora voltou a 1939 para verificar o currículo do curso de Letras de então; depois o comparou com currículos em vigor em três universidades públicas. A formação do professor de Letras está fincada, hoje, em dois eixos: a língua e a literatura. No passado, havia outro eixo que desapareceu – o dos estudos chamados de humanidades, com Filosofia, Sociologia e História. Essa formação bipartida do professor de Letras se configura, para mim, num dos entraves à compreensão do que seja ser professor de língua! Aliás, no mestrado profissional em Letras, o que tinha duas pernas virou Saci-Pererê de uma perna só: a língua e nada mais... Quer dizer, para uma escola que vem exigindo uma centopeia, estamos formando bípedes ou sacis-pererês em nível de mestrado!!! As reformas curriculares acabam desfazendo diretrizes para se tornarem uma verdadeira reforma agrária entre departamentos... Nos estudos linguísticos, trabalha-se como se estivessem formando pesquisadores; na literatura trabalha-se como se estivessem formando críticos literários (aliás, muitos deles acham que “pobre” é personagem da literatura...). E ambos os eixos centrais da formação desvalorizam explicitamente os estudos pedagógicos!!! Assim, um “letrado” sai da universidade sem nunca ter ouvido falar em teorias pedagógicas, em reprodução social, em classe social, em estrutura social, em Paulo Freire. Como vai compreender o que passará a enfrentar na escola, na sala de aula? Com que instrumentos? Com o conceito de “fonema”??? de “morfema”??? de “literariedade”? O curso de Letras é morfético!!! Enquanto não se der centralidade à formação do professor, precisamente na categoria “professor” e suas implicações, de nada adianta editar diretrizes curriculares... As áreas específicas – da língua e da literatura – devem ter seu espaço próprio, subordinado ao objetivo principal que é a formação do professor! Para a formação de pesquisadores, existem os cursos de bacharelado! Não estou acompanhando as novas diretrizes, mas como a perspectiva que predomina na educação brasileira ainda é aquela introduzida pelo neoliberalismo dos anos 1990, imagino que continuem a acrescentar perfumarias e lantejoulas aos cursos, esquecendo que estão formando professores para este país, para estes estudantes, para esta complexidade social aprofundada pela abissal desigualdade. E a desigualdade deforma. Somente a diferença dá identidade. Ora, se desde os currículos de formação, desde as diretrizes dos parâmetros, desde a base nacional, tudo é uniformizado, como esperar a profundidade que somente a diferença é capaz de construir?

7 Entrevistadoras: Por fim, reiteramos nossos agradecimentos por nos ter concedido esta entrevista, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para que o senhor faça considerações finais e nos deixe mais alguma mensagem, especialmente sobre os seus interesses de pesquisa e projetos profissionais atuais, depois que se aposentou.

JWG: Agradeço a oportunidade deste encontro. Já não tenho projetos de pesquisa e sequer projetos profissionais. Há um momento em que é preciso reconhecer que o fim está próximo, e retirar-se. Sempre vou acompanhar, por vício de formação, o que acontece na área, mas a distância! Atualmente estou fazendo um exercício de escrever quase diariamente em meu blog (portos.in2web.com.br), com crônicas sobre a realidade nacional, mas também registrando minhas leituras de literatura, de poesia e até mesmo os textos de arquivo, composto pelos vários artigos e capítulos de livros que escrevi e que estão esparsamente publicados – algumas dessas publicações são hoje de difícil acesso. Este, meu projeto atual. Uma forma de interinvenção, como diria Mia Couto, nestes “pensatempos” em que sobrevivemos.